

O REGULADOR

Jornal do Sinagências, Ano II - Nº 2 - Abril de 2013



Reposição inflacionária anual

Sinagências requer que o STF imponha o índice de correção anual da remuneração dos servidores que representa com base no mesmo índice utilizado pelas estatísticas oficiais do governo, que é o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, do IBGE.

Estado Regulador tem que ser forte

Sinagências repudia politização de cargos comissionados das Agências Reguladoras e reforça a necessidade da contratação de mais pessoal, via concurso público, e de autonomia administrativa e financeira das Agências.

CONSAG Extraordinário prepara Sinagências para as lutas em 2013



Durante os quatro primeiros dias de março, reguladores do país inteiro, reunidos em Brasília, discutiram a pauta geral e as pautas específicas de cada quadro e segmento da categoria. Momento também foi de definição sobre qual a melhor estratégia de luta e negociação com o governo para emplacar as pautas aprovadas.



Dilma reafirma necessidade de fortalecimento das Agências

Para a presidente, as Agências devem ser profissionalizadas cada vez mais, reduzindo a interferência política. “O governo vai exigir um nível de composição bastante técnica”, disse ela. Em março, Dilma retirou de tramitação no Congresso Nacional projeto de lei que diminuía a autonomia dessas instituições.

Sumário

02 | Editorial

03 | CONSAG reformula Estatuto do Sinagências e define pauta de negociação e estratégias de luta

06 | As agências serão necessariamente objeto de um fortalecimento, afirma Dilma

07 | Sinagências ajuíza Mandado de Injunção no STF visando reposição inflacionária anual para os servidores das Agências Reguladoras
Sinagências é destaque na mídia

08 | Entrevista

09 | Opinião | Quem és tu, Regulador?

10 | Caso da ANS: por um Estado Regulador forte

Curtas: Por Ricardo de Holanda

Editorial

O mês de março foi marcado por intensas atividades do Sinagências. Logo no início, os servidores se dedicaram ao CONSAG Extraordinário Estatutário.

É fato dizer que, sob o ponto de vista da discussão política, esse Congresso cumpriu seu papel. Democraticamente, por decisão da própria Plenária, optando por inverter a pauta, priorizou-se a discussão estatutária e o plano de lutas.

E o fizemos no momento certo. Se fôssemos esperar mais um pouco, algumas semanas a mais, o Consag poderia perder o foco do debate político em torno da negociação com o governo, da avaliação da greve, do porquê de não fecharmos acordo.

Além disso, o Congresso tinha como foco central o Estatuto. Como teremos eleições para o Sindicato no ano que vem, e essas mudanças vão implicar nesse processo eleitoral, foi importante discutirmos isso um ano antes.

Assim, destacamos na alteração do Estatuto a previsão de uma regra mais geral, mais aberta, para o processo eleitoral; a redução do número de diretorias; e o debate em torno da mensalidade sindical, entre outros pontos relevantes. Inclusive, o Sindicato terá que publicar balancetes periodicamente, a cada dois meses, na área restrita dos filiados. Isso significa mais transparência dos atos da diretoria.

Apesar de não ser possível aprofundar certos debates, vale destacar que o Consag, contando com 149 delegados - sendo 90 do quadro efetivo e 59 do quadro específico -, trazendo ideias, opiniões, transformou o evento em um espelho do que defende a categoria.

Em outra frente, o Sinagências empenhou-se muito neste mês nas questões jurídicas. Várias foram as ações impetradas pelo Sindicato em benefício dos servidores. Destaque para o ajuizamento de Mandado de Injunção no STF, tendo em vista a reposição inflacionária anual para os servidores das Agências Reguladoras.

Da mesma forma difundimos o mecanismo de Lista Tríplice proposto pela categoria para regulamentar o processo de escolha dos dirigentes das Agências Nacionais de Regulação.

Esses são apenas alguns poucos exemplos do que o Sindicato tem feito – e fará muito mais.

Como resultado, todo esse trabalho acabou por repercutir na mídia, nos veículos de comunicação. Em outras palavras, o Sinagências, a partir de suas ações, está se firmando como fonte primária de informação, o que reforça a certeza de que a sociedade que ouvir as opiniões do Sindicato - e não apenas a do governo - , por julgá-las pertinentes e acertadas no jogo democrático.

O ano está só começando e o Sinagências, revigorado, pronto para abrir espaços de luta, negociar e alcançar vitórias em 2013.

Expediente

Diretoria Executiva Nacional

João Maria Medeiros – Presidente
Osvaldo Barbosa – 1º Vice-Presidente (licenciado)
Gilmar Ferreira – 2º Vice-Presidente
Mônica Beraldo – Secretária-Geral (licenciada)
Elísio Ribeiro – 1º Secretário-Geral Adj.(licenciado)
Marília Cunha – 2º Secretária-Geral Adjunta
José Carlos de Castro – Diretor Financeiro
José Airamir Padilha – Diretor Fin. Adj.(licenciado)
José de Lima Dias – Diretor Administrativo
Altemir Calazans – Diretor de Políticas
Nei Jobson da Costa – Diretor Jurídico
Márcia Pissolatti – Diretora Jurídica Adj.(licenciada)
Ricardo de Holanda Melo – Diretor de Comunicação
Eugenio Pereira – Diretor de Comunicação Adjunto
Washington Luis – Dir. de Relações Institucionais
Cláudia Nunes – Dir. de Rel. Institucionais Adjunta
David Leão – Diretor de Organização
Wellington Batista – Dir. de Organização Adjunto
Geraldo Marques – Diretor de Formação Sindical
Ademir Mota – Dir. de Formação Sindical Adjunto
Nilton Alves – Dir. de Saúde e Seg. do Trabalho
Raimundo Cunha – Dir. de Saúde e Seg. do Trab.
Adjunto
Stéfano Pereira – Dir. de Desenvolvimento Social
Laura Masaé – Diretor de Defesa dos Aposentados
Carlos Pessoa – Dir. de Assuntos Profissionais
Carla Martins – Diretor de Fomento à Pesquisa
Leandro César – 1º Diretor Suplente
Jairo Correia – 2º Diretor Suplente
José Alves – 3º Diretor Suplente

Conselho Fiscal

Áurea Lino da Silva – Presidente
Régis Marlo Martins – 1º Tíular
Samanta Augusta – 2º Tíular
José Maria da Costa – 3º Tíular
Jorge de Oliveira – 4º Tíular
Ruiiter Elano de Oliveira – 1º Suplente
Chico Passeata – 2º Suplente (in memorian)
Lucia Surita – 3º Suplente
Miriam Aquino – 4º Suplente
José Antônio Almeida – 5º Suplente

O Regulador

JORNAL DO SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES DAS AGÊNCIAS NACIONAIS DE REGULAÇÃO - SINAGÊNCIAS

Conselho Editorial

Coordenação: Ricardo Holanda e Eugênio Pereira
Jornalista Responsável: André Barreto - MTB 2539/DF
Projeto Gráfico e Diagramação: Thaysa Torres
Fotos: Arquivo SINAGÊNCIAS

Contato

Fone: (61) 3962-5000 Fax: 3962-5001
Email: comunicacoes@sinagencias.org.br

CONSAG reformula Estatuto do Sinagências e define pauta de negociação e estratégias de luta

Entre os dias 1º e 4 de março, delegados sindicais do país inteiro se reuniram, em Brasília, para o CONSAG Extraordinário Estatutário do Sinagências. Ao todo, 149 delegados, sendo 90 do quadro efetivo e 59 do quadro específico, eleitos democraticamente em todos os Estados e no Distrito Federal, representando as Agências Reguladoras Federais (ARF) e o DNPM, debateram durante esses dias, além da reforma estatutária da entidade, a conjuntura nacional, sua interface com a negociação e greve ocorrida em 2012 e perspectivas do espaço de lutas, negociação e acordos com o Governo para o período de 2013 a 2015.

Na abertura dos trabalhos, o presidente da entidade, João Maria Medeiros de Oliveira, deu as boas-vindas aos delegados, ressaltando o momento vivido pela categoria.

“Este CONSAG é especial pois, além da questão estatutária, temos que discutir a pauta geral dos reguladores e as pautas



específicas de cada quadro e segmento da categoria. Vamos aqui definir qual a melhor estratégia de luta e negociação com o governo para emplacar as pautas aprovadas”, disse.

Convidado para a abertura, o presidente da Câmara Legislativa do DF, deputado Wasny de Roure (PT), disse que a regulação tem papel relevante para a sociedade e o sindicato é o guardião desse processo. “Parabenizo o Sinagências por

esse processo de construção permanente. É muito fácil jogar pedra, difícil é fazer a defesa do trabalho e dos trabalhadores, a transformação e a construção de um novo momento para a nossa sociedade. Presto meu tributo a vocês, delegados e delegadas do CONSAG”.

O diretor executivo da CUT Nacional Antônio Lisboa enfatizou que “para a Central Única dos Trabalhadores o Sinagências tem papel fundamental na representação de um segmento do setor público de suma importância na consolidação da democracia brasileira e no serviço público de qualidade prestado à sociedade”.

Participaram também da solenidade de abertura o representante do Governo do Distrito Federal, Pastor Daniel, assessor especial do Governador Agnelo Queiroz, e o dirigente da Fenasp, Giulio Cesare.

Jadir Dias Proença, coordenador do Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação – PRO-REG, vinculado à Casa Civil, fez uma exposição sobre a Regulação e Agências Reguladoras no Brasil.

Propostas

Os delegados trouxeram propostas de suas bases, as quais puderam expor,





defender e debater amplamente com a plenária, de forma que houve um extremo exercício da liberdade de expressão e da democracia.

Outro ponto a ser avaliado no Congresso foi a prestação de contas do Sindicato, referente a 2011. Mas, por encaminhamento do plenário, este tema foi postergado, apesar do presidente do Sinagências, na condução da mesa do CONSAG, informar ao plenário da necessidade de discussão do referido tema. Para os delegados, o mais importante era fechar os pontos de pauta de negociação e a reforma estatutária. Desse modo, tudo que não foi possível discutir ficou para um próximo encontro.

Reforma Estatutária

A reforma estatutária do Sindicato ocorreu durante todo o dia 4 de março, representando verdadeiro e completo debate democrático sobre estrutura sindical, formas de organização, direitos e deveres do filiado, direito a participação nas assembleias, processo eleitoral para a DEN e Conselho Fiscal, valor da mensalidade e criação do Fundo de Greve. O debate foi acalorado e muito construtivo, resultando em um Estatuto renovado e moderno para o Sinagências, que deve ser registrado nas próximas semanas e,

com isso, publicado no Portal do Sindicato na internet.

Valendo a partir da próxima gestão, ou seja, para a diretoria a ser eleita no próximo mandato (tríenio 2014/2017), a reforma estatutária manteve o modelo presidencialista de gestão do Sindicato, mas com redução significativa do quadro de diretores. Dos atuais 30 cargos da DEN e 10 do Conselho Fiscal, ficaram apenas 19 e 6, respectivamente.

Sobre o percentual de 1% de contribuição dos filiados, foi deliberada a sua

manutenção, sendo que 10% desse montante serão remetidos para Fundo de Greve. Também foi deliberado um montante de reembolso ao filiado que se mantiver associado na associação da sua respectiva Agência / DNPM. Ainda foi aprovado o repasse de no mínimo 10% para as Secretarias Sindicais de cada estado.

Pauta de negociação

Sobre a remuneração e patamares almejados para os servidores de cargos de NS das ARF e DNPM foi aprovado e refe-



rendado pela plenária os níveis remuneratórios nos patamares dos Auditores da Receita Federal, tendo em vista a importância da atividade regulatória, especificidades e nível de conhecimento que os servidores dos cargos de nível superior das ARF têm que possuir para execução de seu trabalho.

Para os servidores de cargos de NI das ARF e DNPM deliberou-se e a plenária aprovou que a investidura no cargo de NI passará a ser buscada para que seja de nível superior. Quanto à questão remuneratória para estes, foi referendado a busca do percentual de correlação em 68% da remuneração dos cargos de NS.

A plenária votou e aprovou o Subsídio como formato remuneratório, desde que nos patamares das demais carreiras estratégicas.

Os delegados deliberaram que a estrutura da carreira seja na forma de Carreira Única, formada por apenas um Cargo de NS e apenas um Cargo de NI, com desenho transversal entre as ARF, com a junção das atribuições de gestão e finalísticas, porém foi descartada a denominação dos cargos que, pela proposta anterior, era de Regulador Federal e Técnico Regulador Federal. A denominação dos cargos ficará para o debate nas instâncias de negociação com o Governo.

Vale lembrar que a reforma da estrutura de quadros e cargos das ARF tomou mais força após aceno da AGU, em dezembro de 2012, na busca por desenho já enviado ao MPOG existente hoje na carreira da segurança social e outras; desenho este também que já vem sendo costurado pelas entidades sindicais que representam servidores dos Ministérios, pela unificação de cargos de mesmo nível e na transversalidade da carreira em suas respectivas instâncias.

Negociação

Foi apresentada por servidores do Quadro Efetivo das ARF do Rio de Janeiro e do Distrito Federal a ideia da negociação setorial por quadros, momento em que a plenária apreciou as sugestões e aprovou que as negociações que vierem serão debatidas em momentos distintos.

Assim serão debatidas as questões do quadro efetivo; em outro momento as questões do quadro específico e em outro momento as questões dos quadros do DNPM, mas que em todas as reuniões haja sempre um ou mais observadores dos outros quadros para dirimir qualquer dúvida que vier a surgir.

Ao final, haverá uma mesa única, que consolidará todas as discussões ocorridas por quadro, que levará o tema para deliberação da categoria.

Estratégia das Negociações

Sobre o rito das negociações, a estratégia será tratada com os representan-

mesmos patamares, além da correção das diferenças existentes hoje, dessa forma, corrigindo as desigualdades internas das agências e do DNPM.

Após este estágio, a luta é pela equiparação plena entre os cargos de mesmo nível, pois depende deste ajuste o trato do passo seguinte, que será a reforma da estrutura de cargos e carreiras das agências e do DNPM.

Além do espaço de negociação na SRT/MPOG, o Sindicato, em conjunto com as demais entidades sindicais e os fóruns das Associações de Brasília e do Rio, se reunirá com os presidentes e diretores gerais das Agências e do DNPM, com parlamentares na Câmara e no Senado, bem como buscará os partidos políticos para que estes possam entender com



tes a compor a mesa de negociação por quadro e outros servidores que puderem contribuir para o debate.

A negociação irá, em tese, tratar apenas de questões remuneratórias, quando será buscado puxar o máximo a remuneração dos hoje Especialistas em Regulação aos patamares dos Auditores da Receita Federal. A partir daí, lutar para que todo o restante receba reajustes nos

mais profundidade o papel das Agências Reguladoras numa sociedade democrática e, por consequência, a qualidade dos seus quadros de servidores, que prestam serviços relevantes à sociedade.

O objetivo é concluir este debate até final de maio próximo, de forma a fortalecer as posições e reivindicações da categoria que, apesar da forte greve de 2012, não fechou acordo com o governo.

As agências serão necessariamente objeto de um fortalecimento, afirma Dilma



A presidente Dilma Rousseff disse, após o lançamento do Plano Nacional de Consumo e Cidadania, no dia 15 de março, que as agências reguladoras serão fortalecidas. Consideradas pela presidente defensoras do consumidor, o lado mais frágil da relação de consumo, as agências devem ser profissionalizadas cada vez mais, reduzindo a interferência política. "O governo vai exigir um nível de composição bastante técnica", disse ela.

No início do mês, a presidente retirou de tramitação no Congresso o projeto de lei sobre as agências reguladoras, apresentado no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que diminuía a autonomia dessas instituições. "Quanto às agências, elas serão necessariamente objeto de um fortalecimento", acrescentou.

Confira a íntegra do que disse a presidente quando perguntada sobre o fortalecimento das agências reguladoras, em entrevista coletiva concedida após o anúncio das medidas de proteção ao consumidor.

Jornalista: A senhora falou em fortalecimento das agências reguladoras, mas não saem medidas específicas em relação a isso...

Presidenta: Olha, eu retirei o projeto de lei que estava no Congresso sobre agências reguladoras. Eu tenho hoje no governo um, eu diria para vocês uma ideia central. Eu acredito que o governo tem que cumprir prazos. Governo, para ser eficiente, tem que cumprir prazos.

Eu sou da época em que falar em prazo não era, diríamos assim, a prática usual dentro do serviço público. Muitas áreas cumprem prazos. Outras áreas não cumprem prazos. Nós queremos que haja um respeito a prazos. A agência, o órgão do governo, qualquer área pode negar, tem todo o direito de negar porque é o discernimento, mas vai negar sem levar uma quantidade imensa de tempo, vai negar, justificar, dar razões. Isso para todos.

Quanto às agências, elas serão necessariamente objeto de um fortalecimento. Nós precisamos das agências, porque elas, de uma certa forma, defendem o polo mais frágil da relação de consumo, que é o consumidor. Elas também têm outras funções além dessas. Essa defesa do polo mais frágil é fundamental que a agência seja profissionalizada, cada vez mais, que ela tenha menos interferência política... O governo vai exigir um nível de composição bastante técnica das agências.

Servidores das Agências Reguladoras integrarão o Observatório Nacional das Relações de Consumo

Sancionado no dia 15 de março, o Decreto nº 7.963 instituiu o Plano Nacional de Consumo e Cidadania, que pretende transformar a proteção do consumidor em política de Estado, melhorando as relações de consumo em todas as suas dimensões - por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações.

O Plano Nacional de Consumo e Cidadania será acompanhado e fiscalizado pela Câmara Nacional de Relações de Consumo, que tem como primeira missão criar, em 30 dias, uma lista de produtos essenciais ao consumidor. Qualquer problema verificado pelos consumidores em produtos incluídos nessa lista, desde que estejam na garantia, terá que ser solucionado imediatamente pelo fornecedor.

Observatório Nacional

Na primeira etapa do Plano, três estâncias técnicas vão formar um Observatório Nacional das Relações de Consumo, responsável pela execução das políticas.

O Comitê Técnico de Consumo e Regulação, responsável pela implementação de providências para reduzir os conflitos entre

serviços regulados - telecomunicações, energia elétrica, combustíveis, empresas aéreas, planos de saúde, entre outros - e os consumidores, será formado por representantes dos ministérios das Comunicações, das Minas e Energia, da Saúde, da Secretaria Nacional da Aviação, além de servidores das agências reguladoras Anatel, Aneel, ANS, ANP e do Banco Central.

O de Consumo e Turismo vai atuar para o aprimoramento dos serviços de atendimento aos turistas nacionais e estrangeiros, especialmente em grandes eventos. O terceiro comitê é o de Consumo e Pós-Venda, que terá função de melhorar os procedimentos de atendimento ao consumidor e criar indicadores de qualidade das relações de consumo.

O eixo regulação e fiscalização do Plano Nacional de Defesa do Consumidor inclui, entre outras, as seguintes políticas e ações:

I - instituição de avaliação de impacto regulatório sob a perspectiva dos direitos do consumidor;

II - promoção da inclusão, nos contratos de concessão de serviços públicos, de mecanismos de garantia dos direitos do consumidor;

III - ampliação e aperfeiçoamento dos pro-

cessos fiscalizatórios quanto à efetivação de direitos do consumidor;

IV - garantia de autodeterminação, privacidade, confidencialidade e segurança das informações e dados pessoais prestados ou coletados, inclusive por meio eletrônico;

V - garantia da efetividade da execução das multas; e

VI - implementação de outras medidas sancionatórias relativas à regulação de serviços.

O Observatório Nacional das Relações de Consumo deverá, preferencialmente, ser composto por cargos efetivos de Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações, de Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Energia, de Especialista em Regulação de Saúde Suplementar, e de Especialista em Regulação de Aviação Civil, integrantes das carreiras de que trata a Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, e de Analista em Tecnologia da Informação e de economista, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE.

A participação nas instâncias colegiadas instituídas no plano será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Sinagências ajuíza Mandado de Injunção no STF visando reposição inflacionária anual para os servidores das Agências Reguladoras

Há repercussão geral reconhecida em processo semelhante e eventual julgamento favorável ajudará a compor entendimento do STF sobre o tema

O Sinagências ingressou, em outubro de 2012, como Assistente no Recurso Extraordinário (RE) nº 565.089, no Supremo Tribunal Federal (STF), em que se discute o direito dos servidores públicos à indenização ante a inobservância da cláusula de reposição anual do poder aquisitivo dos vencimentos dos servidores públicos, prevista no artigo 37, inciso X, da Constituição Federal.



De qualquer forma, o Sindicato acaba de ingressar com Mandado de Injunção na Corte Suprema com o mesmo assunto, visto que já existe lei que trata da matéria, porém sem edição anual

dos índices de correção da remuneração dos servidores públicos, estando, assim, o governo em flagrante descumprimento por omissão desse preceito constitucional.

Assim, o Sinagências requer que o STF imponha o índice de correção anual da remuneração dos servidores que representa, fazendo valer o disposto na Constituição Federal, com base no mesmo índice utilizado pelas estatísticas oficiais do governo, que é o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampla, do IBGE.

Diferente do Recurso Extraordinário no qual o Sindicato ingressou como Assistente, o Mandado de Injunção interposto terá decisão que, se favorável, abrangerá todos os filiados ao Sinagências, impondo as recomposições inflacionários anuais na forma solicitada (com base no IPCA anual) ou na forma concedida pelo STF.

Sinagências é destaque na mídia

Um dos grandes desafios de toda entidade de classe é fazer o sindicato ‘aparecer’ na mídia, em consequência, aparecer para a sociedade, expondo o ponto de vista dos trabalhadores sobre diversos assuntos, principalmente aqueles que dizem respeito diretamente às suas carreiras e instituições.

FOLHA DE S.PAULO

ÚLTIMAS NOTÍCIAS | TEMAS DO DIA | FELICIANO | CRUZAS EM SP | MUSEU DO PIRAMBA | RISCO NUCLEAR | CLASSE PESADA | TV FOLHA | HORÓSCOPO | ACERVO | OUTRAS EDIÇÕES | SÁBADO | SÃO PAULO 2 | SANTA CATARINA | SUL | SUL 2 | SUL 3 | SUL 4 | SUL 5 | SUL 6 | SUL 7 | SUL 8 | SUL 9 | SUL 10 | SUL 11 | SUL 12 | SUL 13 | SUL 14 | SUL 15 | SUL 16 | SUL 17 | SUL 18 | SUL 19 | SUL 20 | SUL 21 | SUL 22 | SUL 23 | SUL 24 | SUL 25 | SUL 26 | SUL 27 | SUL 28 | SUL 29 | SUL 30 | SUL 31 | SUL 32 | SUL 33 | SUL 34 | SUL 35 | SUL 36 | SUL 37 | SUL 38 | SUL 39 | SUL 40 | SUL 41 | SUL 42 | SUL 43 | SUL 44 | SUL 45 | SUL 46 | SUL 47 | SUL 48 | SUL 49 | SUL 50 | SUL 51 | SUL 52 | SUL 53 | SUL 54 | SUL 55 | SUL 56 | SUL 57 | SUL 58 | SUL 59 | SUL 60 | SUL 61 | SUL 62 | SUL 63 | SUL 64 | SUL 65 | SUL 66 | SUL 67 | SUL 68 | SUL 69 | SUL 70 | SUL 71 | SUL 72 | SUL 73 | SUL 74 | SUL 75 | SUL 76 | SUL 77 | SUL 78 | SUL 79 | SUL 80 | SUL 81 | SUL 82 | SUL 83 | SUL 84 | SUL 85 | SUL 86 | SUL 87 | SUL 88 | SUL 89 | SUL 90 | SUL 91 | SUL 92 | SUL 93 | SUL 94 | SUL 95 | SUL 96 | SUL 97 | SUL 98 | SUL 99 | SUL 100 | SUL 101 | SUL 102 | SUL 103 | SUL 104 | SUL 105 | SUL 106 | SUL 107 | SUL 108 | SUL 109 | SUL 110 | SUL 111 | SUL 112 | SUL 113 | SUL 114 | SUL 115 | SUL 116 | SUL 117 | SUL 118 | SUL 119 | SUL 120 | SUL 121 | SUL 122 | SUL 123 | SUL 124 | SUL 125 | SUL 126 | SUL 127 | SUL 128 | SUL 129 | SUL 130 | SUL 131 | SUL 132 | SUL 133 | SUL 134 | SUL 135 | SUL 136 | SUL 137 | SUL 138 | SUL 139 | SUL 140 | SUL 141 | SUL 142 | SUL 143 | SUL 144 | SUL 145 | SUL 146 | SUL 147 | SUL 148 | SUL 149 | SUL 150 | SUL 151 | SUL 152 | SUL 153 | SUL 154 | SUL 155 | SUL 156 | SUL 157 | SUL 158 | SUL 159 | SUL 160 | SUL 161 | SUL 162 | SUL 163 | SUL 164 | SUL 165 | SUL 166 | SUL 167 | SUL 168 | SUL 169 | SUL 170 | SUL 171 | SUL 172 | SUL 173 | SUL 174 | SUL 175 | SUL 176 | SUL 177 | SUL 178 | SUL 179 | SUL 180 | SUL 181 | SUL 182 | SUL 183 | SUL 184 | SUL 185 | SUL 186 | SUL 187 | SUL 188 | SUL 189 | SUL 190 | SUL 191 | SUL 192 | SUL 193 | SUL 194 | SUL 195 | SUL 196 | SUL 197 | SUL 198 | SUL 199 | SUL 200 | SUL 201 | SUL 202 | SUL 203 | SUL 204 | SUL 205 | SUL 206 | SUL 207 | SUL 208 | SUL 209 | SUL 210 | SUL 211 | SUL 212 | SUL 213 | SUL 214 | SUL 215 | SUL 216 | SUL 217 | SUL 218 | SUL 219 | SUL 220 | SUL 221 | SUL 222 | SUL 223 | SUL 224 | SUL 225 | SUL 226 | SUL 227 | SUL 228 | SUL 229 | SUL 230 | SUL 231 | SUL 232 | SUL 233 | SUL 234 | SUL 235 | SUL 236 | SUL 237 | SUL 238 | SUL 239 | SUL 240 | SUL 241 | SUL 242 | SUL 243 | SUL 244 | SUL 245 | SUL 246 | SUL 247 | SUL 248 | SUL 249 | SUL 250 | SUL 251 | SUL 252 | SUL 253 | SUL 254 | SUL 255 | SUL 256 | SUL 257 | SUL 258 | SUL 259 | SUL 260 | SUL 261 | SUL 262 | SUL 263 | SUL 264 | SUL 265 | SUL 266 | SUL 267 | SUL 268 | SUL 269 | SUL 270 | SUL 271 | SUL 272 | SUL 273 | SUL 274 | SUL 275 | SUL 276 | SUL 277 | SUL 278 | SUL 279 | SUL 280 | SUL 281 | SUL 282 | SUL 283 | SUL 284 | SUL 285 | SUL 286 | SUL 287 | SUL 288 | SUL 289 | SUL 290 | SUL 291 | SUL 292 | SUL 293 | SUL 294 | SUL 295 | SUL 296 | SUL 297 | SUL 298 | SUL 299 | SUL 300 | SUL 301 | SUL 302 | SUL 303 | SUL 304 | SUL 305 | SUL 306 | SUL 307 | SUL 308 | SUL 309 | SUL 310 | SUL 311 | SUL 312 | SUL 313 | SUL 314 | SUL 315 | SUL 316 | SUL 317 | SUL 318 | SUL 319 | SUL 320 | SUL 321 | SUL 322 | SUL 323 | SUL 324 | SUL 325 | SUL 326 | SUL 327 | SUL 328 | SUL 329 | SUL 330 | SUL 331 | SUL 332 | SUL 333 | SUL 334 | SUL 335 | SUL 336 | SUL 337 | SUL 338 | SUL 339 | SUL 340 | SUL 341 | SUL 342 | SUL 343 | SUL 344 | SUL 345 | SUL 346 | SUL 347 | SUL 348 | SUL 349 | SUL 350 | SUL 351 | SUL 352 | SUL 353 | SUL 354 | SUL 355 | SUL 356 | SUL 357 | SUL 358 | SUL 359 | SUL 360 | SUL 361 | SUL 362 | SUL 363 | SUL 364 | SUL 365 | SUL 366 | SUL 367 | SUL 368 | SUL 369 | SUL 370 | SUL 371 | SUL 372 | SUL 373 | SUL 374 | SUL 375 | SUL 376 | SUL 377 | SUL 378 | SUL 379 | SUL 380 | SUL 381 | SUL 382 | SUL 383 | SUL 384 | SUL 385 | SUL 386 | SUL 387 | SUL 388 | SUL 389 | SUL 390 | SUL 391 | SUL 392 | SUL 393 | SUL 394 | SUL 395 | SUL 396 | SUL 397 | SUL 398 | SUL 399 | SUL 400 | SUL 401 | SUL 402 | SUL 403 | SUL 404 | SUL 405 | SUL 406 | SUL 407 | SUL 408 | SUL 409 | SUL 410 | SUL 411 | SUL 412 | SUL 413 | SUL 414 | SUL 415 | SUL 416 | SUL 417 | SUL 418 | SUL 419 | SUL 420 | SUL 421 | SUL 422 | SUL 423 | SUL 424 | SUL 425 | SUL 426 | SUL 427 | SUL 428 | SUL 429 | SUL 430 | SUL 431 | SUL 432 | SUL 433 | SUL 434 | SUL 435 | SUL 436 | SUL 437 | SUL 438 | SUL 439 | SUL 440 | SUL 441 | SUL 442 | SUL 443 | SUL 444 | SUL 445 | SUL 446 | SUL 447 | SUL 448 | SUL 449 | SUL 450 | SUL 451 | SUL 452 | SUL 453 | SUL 454 | SUL 455 | SUL 456 | SUL 457 | SUL 458 | SUL 459 | SUL 460 | SUL 461 | SUL 462 | SUL 463 | SUL 464 | SUL 465 | SUL 466 | SUL 467 | SUL 468 | SUL 469 | SUL 470 | SUL 471 | SUL 472 | SUL 473 | SUL 474 | SUL 475 | SUL 476 | SUL 477 | SUL 478 | SUL 479 | SUL 480 | SUL 481 | SUL 482 | SUL 483 | SUL 484 | SUL 485 | SUL 486 | SUL 487 | SUL 488 | SUL 489 | SUL 490 | SUL 491 | SUL 492 | SUL 493 | SUL 494 | SUL 495 | SUL 496 | SUL 497 | SUL 498 | SUL 499 | SUL 500 | SUL 501 | SUL 502 | SUL 503 | SUL 504 | SUL 505 | SUL 506 | SUL 507 | SUL 508 | SUL 509 | SUL 510 | SUL 511 | SUL 512 | SUL 513 | SUL 514 | SUL 515 | SUL 516 | SUL 517 | SUL 518 | SUL 519 | SUL 520 | SUL 521 | SUL 522 | SUL 523 | SUL 524 | SUL 525 | SUL 526 | SUL 527 | SUL 528 | SUL 529 | SUL 530 | SUL 531 | SUL 532 | SUL 533 | SUL 534 | SUL 535 | SUL 536 | SUL 537 | SUL 538 | SUL 539 | SUL 540 | SUL 541 | SUL 542 | SUL 543 | SUL 544 | SUL 545 | SUL 546 | SUL 547 | SUL 548 | SUL 549 | SUL 550 | SUL 551 | SUL 552 | SUL 553 | SUL 554 | SUL 555 | SUL 556 | SUL 557 | SUL 558 | SUL 559 | SUL 560 | SUL 561 | SUL 562 | SUL 563 | SUL 564 | SUL 565 | SUL 566 | SUL 567 | SUL 568 | SUL 569 | SUL 570 | SUL 571 | SUL 572 | SUL 573 | SUL 574 | SUL 575 | SUL 576 | SUL 577 | SUL 578 | SUL 579 | SUL 580 | SUL 581 | SUL 582 | SUL 583 | SUL 584 | SUL 585 | SUL 586 | SUL 587 | SUL 588 | SUL 589 | SUL 590 | SUL 591 | SUL 592 | SUL 593 | SUL 594 | SUL 595 | SUL 596 | SUL 597 | SUL 598 | SUL 599 | SUL 600 | SUL 601 | SUL 602 | SUL 603 | SUL 604 | SUL 605 | SUL 606 | SUL 607 | SUL 608 | SUL 609 | SUL 610 | SUL 611 | SUL 612 | SUL 613 | SUL 614 | SUL 615 | SUL 616 | SUL 617 | SUL 618 | SUL 619 | SUL 620 | SUL 621 | SUL 622 | SUL 623 | SUL 624 | SUL 625 | SUL 626 | SUL 627 | SUL 628 | SUL 629 | SUL 630 | SUL 631 | SUL 632 | SUL 633 | SUL 634 | SUL 635 | SUL 636 | SUL 637 | SUL 638 | SUL 639 | SUL 640 | SUL 641 | SUL 642 | SUL 643 | SUL 644 | SUL 645 | SUL 646 | SUL 647 | SUL 648 | SUL 649 | SUL 650 | SUL 651 | SUL 652 | SUL 653 | SUL 654 | SUL 655 | SUL 656 | SUL 657 | SUL 658 | SUL 659 | SUL 660 | SUL 661 | SUL 662 | SUL 663 | SUL 664 | SUL 665 | SUL 666 | SUL 667 | SUL 668 | SUL 669 | SUL 670 | SUL 671 | SUL 672 | SUL 673 | SUL 674 | SUL 675 | SUL 676 | SUL 677 | SUL 678 | SUL 679 | SUL 680 | SUL 681 | SUL 682 | SUL 683 | SUL 684 | SUL 685 | SUL 686 | SUL 687 | SUL 688 | SUL 689 | SUL 690 | SUL 691 | SUL 692 | SUL 693 | SUL 694 | SUL 695 | SUL 696 | SUL 697 | SUL 698 | SUL 699 | SUL 700 | SUL 701 | SUL 702 | SUL 703 | SUL 704 | SUL 705 | SUL 706 | SUL 707 | SUL 708 | SUL 709 | SUL 710 | SUL 711 | SUL 712 | SUL 713 | SUL 714 | SUL 715 | SUL 716 | SUL 717 | SUL 718 | SUL 719 | SUL 720 | SUL 721 | SUL 722 | SUL 723 | SUL 724 | SUL 725 | SUL 726 | SUL 727 | SUL 728 | SUL 729 | SUL 730 | SUL 731 | SUL 732 | SUL 733 | SUL 734 | SUL 735 | SUL 736 | SUL 737 | SUL 738 | SUL 739 | SUL 740 | SUL 741 | SUL 742 | SUL 743 | SUL 744 | SUL 745 | SUL 746 | SUL 747 | SUL 748 | SUL 749 | SUL 750 | SUL 751 | SUL 752 | SUL 753 | SUL 754 | SUL 755 | SUL 756 | SUL 757 | SUL 758 | SUL 759 | SUL 760 | SUL 761 | SUL 762 | SUL 763 | SUL 764 | SUL 765 | SUL 766 | SUL 767 | SUL 768 | SUL 769 | SUL 770 | SUL 771 | SUL 772 | SUL 773 | SUL 774 | SUL 775 | SUL 776 | SUL 777 | SUL 778 | SUL 779 | SUL 780 | SUL 781 | SUL 782 | SUL 783 | SUL 784 | SUL 785 | SUL 786 | SUL 787 | SUL 788 | SUL 789 | SUL 790 | SUL 791 | SUL 792 | SUL 793 | SUL 794 | SUL 795 | SUL 796 | SUL 797 | SUL 798 | SUL 799 | SUL 800 | SUL 801 | SUL 802 | SUL 803 | SUL 804 | SUL 805 | SUL 806 | SUL 807 | SUL 808 | SUL 809 | SUL 810 | SUL 811 | SUL 812 | SUL 813 | SUL 814 | SUL 815 | SUL 816 | SUL 817 | SUL 818 | SUL 819 | SUL 820 | SUL 821 | SUL 822 | SUL 823 | SUL 824 | SUL 825 | SUL 826 | SUL 827 | SUL 828 | SUL 829 | SUL 830 | SUL 831 | SUL 832 | SUL 833 | SUL 834 | SUL 835 | SUL 836 | SUL 837 | SUL 838 | SUL 839 | SUL 840 | SUL 841 | SUL 842 | SUL 843 | SUL 844 | SUL 845 | SUL 846 | SUL 847 | SUL 848 | SUL 849 | SUL 850 | SUL 851 | SUL 852 | SUL 853 | SUL 854 | SUL 855 | SUL 856 | SUL 857 | SUL 858 | SUL 859 | SUL 860 | SUL 861 | SUL 862 | SUL 863 | SUL 864 | SUL 865 | SUL 866 | SUL 867 | SUL 868 | SUL 869 | SUL 870 | SUL 871 | SUL 872 | SUL 873 | SUL 874 | SUL 875 | SUL 876 | SUL 877 | SUL 878 | SUL 879 | SUL 880 | SUL 881 | SUL 882 | SUL 883 | SUL 884 | SUL 885 | SUL 886 | SUL 887 | SUL 888 | SUL 889 | SUL 890 | SUL 891 | SUL 892 | SUL 893 | SUL 894 | SUL 895 | SUL 896 | SUL 897 | SUL 898 | SUL 899 | SUL 900 | SUL 901 | SUL 902 | SUL 903 | SUL 904 | SUL 905 | SUL 906 | SUL 907 | SUL 908 | SUL 909 | SUL 910 | SUL 911 | SUL 912 | SUL 913 | SUL 914 | SUL 915 | SUL 916 | SUL 917 | SUL 918 | SUL 919 | SUL 920 | SUL 921 | SUL 922 | SUL 923 | SUL 924 | SUL 925 | SUL 926 | SUL 927 | SUL 928 | SUL 929 | SUL 930 | SUL 931 | SUL 932 | SUL 933 | SUL 934 | SUL 935 | SUL 936 | SUL 937 | SUL 938 | SUL 939 | SUL 940 | SUL 941 | SUL 942 | SUL 943 | SUL 944 | SUL 945 | SUL 946 | SUL 947 | SUL 948 | SUL 949 | SUL 950 | SUL 951 | SUL 952 | SUL 953 | SUL 954 | SUL 955 | SUL 956 | SUL 957 | SUL 958 | SUL 959 | SUL 960 | SUL 961 | SUL 962 | SUL 963 | SUL 964 | SUL 965 | SUL 966 | SUL 967 | SUL 968 | SUL 969 | SUL 970 | SUL 971 | SUL 972 | SUL 973 | SUL 974 | SUL 975 | SUL 976 | SUL 977 | SUL 978 | SUL 979 | SUL 980 | SUL 981 | SUL 982 | SUL 983 | SUL 984 | SUL 985 | SUL 986 | SUL 987 | SUL 988 | SUL 989 | SUL 990 | SUL 991 | SUL 992 | SUL 993 | SUL 994 | SUL 995 | SUL 996 | SUL 997 | SUL 998 | SUL 999 | SUL 1000 | SUL 1001 | SUL 1002 | SUL 1003 | SUL 1004 | SUL 1005 | SUL 1006 | SUL 1007 | SUL 1008 | SUL 1009 | SUL 1010 | SUL 1011 | SUL 1012 | SUL 1013 | SUL 1014 | SUL 1015 | SUL 1016 | SUL 1017 | SUL 1018 | SUL 1019 | SUL 1020 | SUL 1021 | SUL 1022 | SUL 1023 | SUL 1024 | SUL 1025 | SUL 1026 | SUL 1027 | SUL 1028 | SUL 1029 | SUL 1030 | SUL 1031 | SUL 1032 | SUL 1033 | SUL 1034 | SUL 1035 | SUL 1036 | SUL 1037 | SUL 1038 | SUL 1039 | SUL 1040 | SUL 1041 | SUL 1042 | SUL 1043 | SUL 1044 | SUL 1045 | SUL 1046 | SUL 1047 | SUL 1048 | SUL 1049 | SUL 1050 | SUL 1051 | SUL 1052 | SUL 1053 | SUL 1054 | SUL 1055 | SUL 1056 | SUL 1057 | SUL 1058 | SUL 1059 | SUL 1060 | SUL 1061 | SUL 1062 | SUL 1063 | SUL 1064 | SUL 1065 | SUL 1066 | SUL 1067 | SUL 1068 | SUL 1069 | SUL 1070 | SUL 1071 | SUL 1072 | SUL 1073 | SUL 1074 | SUL 1075 | SUL 1076 | SUL 1077 | SUL 1078 | SUL 1079 | SUL 1080 | SUL 1081 | SUL 1082 | SUL 1083 | SUL 1084 | SUL 1085 | SUL 1086 | SUL 1087 | SUL 1088 | SUL 1089 | SUL 1090 | SUL 1091 | SUL 1092 | SUL 1093 | SUL 1094 | SUL 1095 | SUL 1096 | SUL 1097 | SUL 1098 | SUL 1099 | SUL 1100 | SUL 1101 | SUL 1102 | SUL 1103 | SUL 1104 | SUL 1105 | SUL 1106 | SUL 1107 | SUL 1108 | SUL 1109 | SUL 1110 | SUL 1111 | SUL 1112 | SUL 1113 | SUL 1114 | SUL 1115 | SUL 1116 | SUL 1117 | SUL 1118 | SUL 1119 | SUL 1120 | SUL 1121 | SUL 1122 | SUL 1123 | SUL 1124 | SUL 1125 | SUL 1126 | SUL 1127 | SUL 1128 | SUL 1129 | SUL 1130 | SUL 1131 | SUL 1132 | SUL 1133 | SUL 1134 | SUL 1135 | SUL 1136 | SUL 1137 | SUL 1138 | SUL 1139 | SUL 1140 | SUL 1141 | SUL 1142 | SUL 1143 | SUL 1144 | SUL 1145 | SUL 1146 | SUL 1147 | SUL 1148 | SUL 1149 | SUL 1150 | SUL 1151 | SUL 1152 | SUL 1153 | SUL 1154 | SUL 1155 | SUL 1156 | SUL 1157 | SUL 1158 | SUL 1159 | SUL 1160 | SUL 1161 | SUL 1162 | SUL 1163 | SUL 1164 | SUL 1165 | SUL 1166 | SUL 1167 | SUL 1168 | SUL 1169 | SUL 1170 | SUL 1171 | SUL 1172 | SUL 1173 | SUL 1174 | SUL 1175 | SUL 1176 | SUL 1177 | SUL 1178 | SUL 1179 | SUL 1180 | SUL 1181 | SUL 1182 | SUL 1183 | SUL 1184 | SUL 1185 | SUL 1186 | SUL 1187 | SUL 1188 | SUL 1189 | SUL 1190 | SUL 1191 | SUL 1192 | SUL 1193 | SUL 1194 | SUL 1195 | SUL 1196 | SUL 1197 | SUL 1198 | SUL 1199 | SUL 1200 | SUL 1201 | SUL 1202 | SUL 1203 | SUL 1204 | SUL 1205 | SUL 1206 | SUL 1207 | SUL 1208 | SUL 1209 | SUL 1210 | SUL 1211 | SUL 1212 | SUL 1213 | SUL 1214 | SUL 1215 | SUL 1216 | SUL 1217 | SUL 1218 | SUL 1219 | SUL 1220 | SUL 1221 | SUL 1222 | SUL 1223 | SUL 1224 | SUL 1225 | SUL 1226 | SUL 1227 | SUL 1228 | SUL 1229 | SUL 1230 | SUL 1231 | SUL 1232 | SUL 1233 | SUL 1234 | SUL 1235 | SUL 1236 | SUL 1237 | SUL 1238 | SUL 1239 | SUL 1240 | SUL 1241 | SUL 1242 | SUL 1243 | SUL 1244 | SUL 1245 | SUL 1246 | SUL 1247 | SUL 1248 | SUL 1249 | SUL 1250 | SUL 1251 | SUL 1252 | SUL 1253 | SUL 1254 | SUL 1255 | SUL 1256 | SUL 1257 | SUL 1258 | SUL 1259 | SUL 1260 | SUL 1261 | SUL 1262 | SUL 1263 | SUL 1264 | SUL 1265 | SUL 1266 | SUL 1267 | SUL 1268 | SUL 1269 | SUL 1270 | SUL 1271 | SUL 1272 | SUL 1273 | SUL 1274 | SUL 1275 | SUL 1276 | SUL 1277 | SUL 1278 | SUL 1279 | SUL 1280 | SUL 1281 | SUL 1282 | SUL 1283 | SUL 1284 | SUL 1285 | SUL 1286 | SUL 1287 | SUL 1288 | SUL 1289 | SUL 1290 | SUL 1291 | SUL 1292 | SUL 1293 | SUL 1294 | SUL 1295 | SUL 1296 | SUL 1297 | SUL 1298 | SUL 1299 | SUL 1300 | SUL 1301 | SUL 1302 | SUL 1303 | SUL 1304 | SUL 1305 | SUL 1306 | SUL 1307 | SUL 1308 | SUL 1309 | SUL 1310 | SUL 1311 | SUL 1312 | SUL 1313 | SUL 1314 | SUL 1315 | SUL 1316 | SUL 1317 | SUL 1318 | SUL 1319 | SUL 1320 | SUL 1321 | SUL 1322 | SUL 1323 | SUL 1324 | SUL 1325 | SUL 1326 | SUL 1327 | SUL 1328 | SUL 1329 | SUL 1330 | SUL 1331 | SUL 1332 | SUL 1333 | SUL 1334 | SUL 1335 | SUL 1336 | SUL 1337 | SUL 1338 | SUL 1339 | SUL 1340 | SUL 1341 | SUL 1342 | SUL 1343 | SUL 1344 | SUL 1345 | SUL 1346 | SUL 1347 | SUL 1348 | SUL 1349 | SUL 1350 | SUL 1351 | SUL 1352 | SUL 1353 | SUL 1354 | SUL 1355 | SUL 1356 | SUL 1357 | SUL 1358 | SUL 1359 | SUL 1360 | SUL 1361 | SUL 1362 | SUL 1363 | SUL 1364 | SUL 1365 | SUL 1366 | SUL 1367 | SUL 1368 | SUL 1369 | SUL 1370 | SUL 1371 | SUL 1372 | SUL 1373 | SUL 1374 | SUL 1375 | SUL 1376 | SUL 1377 | SUL 1378 | SUL 1379 | SUL 1380 | SUL 1381 | SUL 1382 | SUL 1383 | SUL 1384 | SUL 1385 | SUL 1386 | SUL 1387 | SUL 1388 | SUL 1389 | SUL 1390 | SUL 1391 | SUL 1392 | SUL 1393 | SUL 1394 | SUL 1395 | SUL 1396 | SUL 1397 | SUL 1398 | SUL 1399 | SUL 1400 | SUL 1401 | SUL 1402 | SUL 1403 | SUL 1404 | SUL 1405 | SUL 1406 | SUL 1407 | SUL 1408 | SUL 1409 |

Entrevista

O Regulador, nesta edição de março, conversou com o Técnico em Regulação de Transportes Terrestres (ANTT), desde 2009, Leonardo Guerra. O servidor, de 30 anos, atuou no movimento estudantil e agora se dedica à luta sindical pela defesa da carreira.

Leonardo enxerga as Agências reguladoras como mecanismos fundamentais no modelo socioeconômico vigente. Seu fortalecimento é fator fundamental para garantia do perfeito equilíbrio na relação entre Estado – Setor Privado – Sociedade. Confira:

O Regulador - Os servidores mais jovens - não apenas das Agências Reguladoras -, de uma forma geral, não estão muito atentos às atividades do movimento sindical como um todo. A que você credita isso?

Infelizmente este tem sido um fenômeno observado nas ultimas décadas em toda a classe de trabalhadores, tanto no serviço público quanto no setor privado. Há pouco tempo estive analisando algumas estatísticas do IBGE acerca do tema e percebi dados curiosos como, por exemplo, que as principais motivações informadas pelos trabalhadores para sua filiação sindical eram, respectivamente, acesso à assessoria jurídica e assistência médica. A participação política era apenas o 4º lugar no ranking de motivações. Ora, acredito este ser um claro indicativo de que, hoje, grande parte dos trabalhadores brasileiros não comprehende o real sentido do movimento sindical. Os mais antigos, que lutaram contra o regime antidemocrático e a favor dos direitos e liberdades sociais, provavelmente têm gravado na memória a importância da representatividade sindical para as conquistas trabalhistas.

Já os trabalhadores (incluindo os servidores públicos) mais jovens que, de certa forma, encontraram um cenário mais confortável nas relações de trabalho, deixaram de dar a devida atenção à causa sindical e não perceberam o quanto a sua partici-

pação nos organismos de luta coletivos é importante. Quando tratamos especificamente dos servidores das Agências reguladoras, adicionamos a esta equação o fato da imaturidade relativa das carreiras da regulação. Temos muitos exemplos de servidores que, ao ingressarem nas ARs, possuíam um mínimo conhecimento acerca seu funcionamento e importância. Muitos veem seu emprego apenas como um estágio transitório, enquanto se preparam para ingressar nas carreiras mais “concebidas” como, por exemplo, Receita e BACEN. Isto dificulta a criação de uma identidade própria e a valorização da nossa carreira, peças fundamentais para a formação de uma consciência sindical plena.

O Regulador - Por que você se envolveu na questão sindical?

Por me sentir incomodado, aliás, extremamente incomodado com o conformismo de muitos colegas perante as injustiças e a letargia da administração pública. Parto do pressuposto que não podemos esperar que alguém resolva nossos problemas ou lute por nós. Temos, como servidores com responsabilidades sociais, a obrigação de acionar todos os mecanismos que possibilitem a melhoria das nossas condições de trabalho, do nosso bem estar e dos meios necessários à prestação de um serviço eficiente, adequado e satisfatório.

O Regulador - Valeu a pena ter participado do CONSAG?

Com certeza! Voltei deste CONSAG com uma bagagem política e sociocultural muito maior, além da sensação de ter participado e contribuído com o processo de construção da nossa carreira. Espero poder participar de outros CONSAGs no futuro e que mais e mais colegas tenham o mesmo interesse.

O Regulador - Que experiências e impressões você trouxe desse Congresso em Brasília? Acrescentou algo?

Mais do que boas experiências, eu tive neste CONSAG ótimas lições sobre a democracia de fato. Antes, durante e principalmente após a greve de 2012, vários

colegas levantaram a bandeira da fragmentação da nossa carreira, presumindo favorecimentos a determinados grupos e etc... Este CONSAG me provou exatamente o contrário. Provou que, independentemente do cargo, agência ou carreira, aqueles que se interessam pela construção de uma identidade sólida da regulação federal e que prezam em zelar pela qualidade dos serviços prestados à sociedade estão totalmente dispostos a caminhar coletivamente em prol da carreira. Por ter entrado na luta sindical há pouco tempo, obviamente, eu possuía moderadas expectativas com relação aceitação (ou mesmo a atenção) que os mais experientes dariam às minhas contribuições. Expectativas estas superadas em demasia. Daqueles que eu esperava ao menos respeito, eu tive a atenção e o apoio. Daqueles que eu esperava conflito, eu tive um debates extremamente construtivos e amizade.

Quando pessoas conscientizadas, compromissadas e abertas se reúnem para debater o que quer que seja, todos saem ganhando. O CONSAG foi uma prova clara disso. É extremamente importante que os servidores mais jovens, participem destes debates para que possam acabar com seus receios ou preconceitos e, principalmente, para que possam ensinar e aprender com aqueles que estão nesta estrada há tempos. Todos só têm a ganhar.

O Regulador - O que você diria aos servidores que não enxergam no sindicalismo (no sindicato) uma forma de lutar por melhores condições de trabalho e salário?

A estes, primeiramente, eu diria uma célebre frase do historiador e defensor da classe trabalhadora, Arnold Toynbee: “O maior castigo para aqueles que não se interessam por política, é que serão governados pelos que se interessam.”

A priori esta frase pode parecer um tanto quanto deslocada e até pejorativa quando tratada dentro de uma esfera sindical, porém ela é a mais pura realidade se pensarmos que, quando inseridos dentro de um grupo, comunidade e/ou sociedade, precisamos sempre dialogar e compreender.

der a realidade do outro. Cada indivíduo possui anseios e prioridades próprias que, muitas vezes, podem não fazer parte do imaginário do seu companheiro.

Como exemplo cito uma experiência que tive neste último CONSAG, conversando com um colega da ANCINE. Ao relatar os problemas que os servidores ANTT têm em função da falta de segurança, percebi a sua expressão de surpresa, como se aquilo estivesse muito distante da sua realidade. Portanto, como poderia eu deixar de participar do movimento sindical e, desta forma, deixar de externar meus problemas, opiniões e reflexões, esperando que outro lute pelos meus pleitos, sendo que talvez este nem os conheça (meus pleitos) por completo. Numa situação fictícia onde aquele colega ANCINE estivesse me representando na luta sindical e eu simplesmente optasse por não participar nem expor o que foi relatado anteriormente, como poderia ele defender todos os meus interesses?

Mesmo nas questões mais comuns e consensuais dentro de uma pauta de reivindicações existem sempre pequenos detalhes que provocam opiniões divergentes, logo é imprescindível a participação do maior número possível dos agentes envolvidos para que todos os pontos de vista sejam considerados. Fugir deste debate é abrir mão do regime democrático que, por séculos, lutamos para conquistar.

Outro ponto importante é que quando um servidor opta por não contribuir nem participar das decisões do sindicato, acaba por enfraquecer umas das partes nesse conflito de interesses, justamente a parte que lhe representa. Um sindicato enfraquecido significa uma carreira com menor poder de negociação.

O preço que se paga por abrir mão da luta sindical é simplesmente renunciar a sua representatividade como trabalhador, colocando sobre os ombros de terceiros as suas responsabilidades e seus anseios. Para além, é criar obstáculos ainda maiores para obter suas próprias conquistas. Este é um preço muito alto e que, acredito, não vale a pena pagar.

Opinião

Quem é tu, Regulador?

(*) Leonardo Guerra

Neste CONSAG 2013 tivemos uma excelente exposição do palestrante Pedro Armengol - dirigente da CUT e militante sindical de longa data - sobre as conjecturas e perspectivas para o processo de negociação sindical com a SRT neste e nos próximos anos. Dentre diversas análises e pontuações, Armengol enalteceu a importância da capacidade de mobilização da base frente à aparente resistência que este governo tem demonstrado com seus servidores “no que se refere à questão das demandas trabalhistas”; como diria nossa presidente. Entendo que este poder de mobilização pressupõe a construção de uma unidade de classe, ou seja, de uma solidificação da identidade da Carreira da Regulação (no caso das Agências) que possibilite edificar os nossos pleitos de forma ampla, coerente e fundamentada. Para tanto é imprescindível, primeiramente, que façamos-nos a seguinte pergunta: Quem é tu, Regulador?

Será que já nos perguntamos qual é a carreira que pretendemos construir? Aliás, será que é possível despendermos um pouco do nosso tempo para refletir se o nosso ideal de carreira coincide com o do colega que senta ao nosso lado? Quais seriam suas perspectivas, frustrações e sua concepção sobre a regulação? Estas são indagações que devem ser respondidas se quisermos descobrir qual o perfil do Regulador Federal. Pois, apesar da similaridade nas formas de atuação das agências e dos objetivos em comum, não podemos desprezar o fato de que existem peculiaridades distintas de acordo com os cargos e Agência em questão. Porém, tais distinções devem ser compreendidas e assimiladas para que seja possível consensual (neologismo válido) a estrutura de carreira pretendida.

Observo que quando uso o termo “Regulador Federal” não me refiro apenas à pretensão da criação de uma carreira única e formalizada no Diário Oficial, mas sim de todo o conjunto de servidores (Agências/DNPM) conscienc-



tes da importância do seu trabalho e da necessidade de manter uma postura uniforme ao assumir suas responsabilidades perante a sociedade.

Alguns companheiros já me disseram que “se o intuito é criar uma carreira única e sólida, devemos focar nos pontos em comum, é lógico!” De fato são as convergências (e no nosso caso são muitas) que servem como base para formatarmos uma ideia ímpar a qual sirva de campo magnético àqueles que pretendem seguir adiante na Regulação. E para isso devemos utilizar ferramentas funcionais, como pesquisas qualitativas e quantitativas, além da aproximação entre os servidores e suas entidades representativas (sindicatos, associações, etc.) com intuito de colher o máximo de informações possível a respeito deste indivíduo, regulador, que desempenha um papel tão importante para a sociedade. Muito além da pura e simples conceituação ideológica, a construção da nossa carreira deve se basear nas experiências pragmáticas da atividade regulatória.

O fortalecimento da regulação e dos reguladores somente pode ser alcançado se estivermos dispostos a compreender o contexto de todos os agentes inseridos neste processo. Esta compreensão depende da nossa predisposição em aproximar-se do outro, em ajudar a resolver os problemas “que não nos dizem respeito” e, por fim, assimilar a ideia de coletivo ao invés de indivíduo. Assim, talvez, nossa resposta seja mais convincente quando alguém nos perguntar: Quem é tu, Regulador?

(*) Técnico em Regulação da ANTT

Caso da ANS: por um Estado Regulador forte

Sinagências repudia politização de cargos comissionados das Agências Reguladoras e reforça a necessidade da contratação de mais pessoal, via concurso público, e de autonomia administrativa e financeira das Agências

A Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS tem sido alvo de inúmeras notícias veiculadas na mídia, dando ênfase à lentidão da Agência no que diz respeito ao julgamento e posterior punição às operadoras de planos de saúde acusadas de irregularidades contra seus clientes. As notícias também dão conta do que chamam de “porta giratória”, ou seja, cargos comissionados são ocupados por ex-funcionários de operadoras que voltam para as empresas quando deixam a Agência.

Fazer a “porta girar” é inverter a ordem, é abrir uma janela para incentivar o conflito de interesses econômicos e técnicos, além de atacar e enfraquecer o Estado Regulador, deixando a mercé todos os cidadãos que são humilhados quando necessitam utilizar serviços essenciais à vida, como plano de saúde.

Sobre o assunto, o Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação - Sinagências sempre foi enfático ao criticar nomeações feitas a partir de critérios meramente ideológicos e afinidades pessoais ou políticas, sem qualquer atenção com a qualificação técnica profissional e ética do cidadão nomeado, além da necessária equidistância com o setor regulado com vistas a evitar captura da regulação estatal.

Há anos o Sinagências vem denunciando esta prática que, ao final, reflete na qualidade dos serviços prestados à sociedade. Sem falar no constrangimento que causa aos servidores concursados do quadro permanente da Agência, pois quem está de fora não

consegue separar quem é quem, pois a instituição é uma só.

Cumpre esclarecer que os trabalhadores da Regulação Federal agem em busca da verdade, sem interferências externas, servilismos, submissões políticas, supervisões orgânicas, interesses e métodos escusos, com autonomia e independência funcional, transparência e lisura. São esses alicerces que protegem os direitos dos cidadãos dos abusos e infrações à regulação federal e à má qualidade de serviços e atendimento das empresas.

Se as reclamações do povo brasileiro são frequentes e cíclicas, fica patente que um quadro de pessoal sólido nas Agências Reguladoras é necessário para eliminar o conflito de interesses e manter em equilíbrio o tripé da regulação (interesses do Governo, do Mercado e da Sociedade), especialmente por meio de uma fiscalização robusta do que é regulamentado.

Como não poderia ser diferente, o Sinagências repudia veementemente a politização de cargos comissionados das Agências Reguladoras e reforça a necessidade da contratação de mais pessoal, via concurso público, e de autonomia administrativa e financeira das Agências. Inclusive, o Sindicato defende que a escolha de parte do colegiado dirigente das Agências se baseie em lista tríplice formada por meio de procedimento pré-ordenado, transparente, critérios objetivos e técnicos e composta por servidores do Quadro de Pessoal Permanente da Agência.

CURTAS:

Por Ricardo Holanda, Diretor de Comunicações do Sinagências

De olho nela

A inflação medida pelo IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, de julho de 2008 a fevereiro de 2013 está acumulada em 25,62%

Ações de marketing político

O Governo de plantão divulgou duas ações midiáticas sem resultados objetivos: criou um observatório das relações de consumo e aprovou uma PEC para dirigente de Agência Reguladora prestar contas das atividades regulatórias ao Congresso Nacional.

Povo cansado

O povo está cansado de ações de marketing, de órgãos e gestores observadores. Não basta ficar observando, o cenário caótico não é uma paisagem, a sociedade quer solução e proatividade.

Sangria desatada I

De 2005 até 2013 aproximadamente 1.000 servidores saíram das agências reguladoras e DNPM.

Sangria desatada II

Tudo indica que é pela falta de investimento por parte do governo nas agências reguladoras, pelo não reconhecimento da atividade de regulação e fiscalização como estratégica para o Estado e, sem dúvidas, em função da defasagem salarial em relação às outras carreiras consideradas de Estado, como a Receita Federal, Banco Central, CGU, TCU, CVM, Susep.

Desorientações normativas

As famigeradas DESorientações Normativas do Ministério do Planejamento são metralhadoras que atiram contra os direitos dos trabalhadores federais. No total são seis que “legislam mais que as leis”, sempre para cortar direitos. A mais nova é a ON nº 06/MPOG, que suspendeu adicional de periculosidade para os Agentes de Fiscalização da Anatel.

Além da perda, novos gastos

Para reverter a situação, os sindicalizados recorrem ao Poder Judiciário para reaver o valor perdido e anular a desorientação normativa.

Vale-coxinha

Enquanto o vale alimentação do Poder Executivo é de R\$ 376,00, os brasileiros gastam, em média, R\$ 27,40 para almoçar nas grandes cidades, aponta pesquisa divulgada no dia 2 de abril de 2013, pela Associação das Empresas de Refeição e Alimentação Convênio para o Trabalhador (Assert). *Com contribuição do servidor Marco Perin (Anatel/SP) e reportagem do G1 - Economia.*

Queda na produção industrial

A produção industrial brasileira recuou 2,5% em fevereiro, afetada pela queda dos bens de consumo, no pior resultado mensal em pouco mais de quatro anos, mostrando as dificuldades para a recuperação da atividade econômica do país. O resultado é o pior desde dezembro de 2008, auge da crise global, quando a produção industrial recuou 12,2%.